

UMA ANÁLISE MORAL DA LINGUAGEM: ENTRE NIETZSCHE E WITTGENSTEIN

JAIR DE OLIVEIRA DUARTE JUNIOR¹; CLADEMIR ARALDI²

¹Universidade Federal de Pelotas – contatojjunior@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – clademir.araldi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva empreender uma investigação acerca da relação entre os campos da moral e da linguagem. Para tal, dispomos das contribuições de Nietzsche e Wittgenstein. Contudo, ao que possa parecer, não pretendemos traçar uma análise comparativa dos autores, ao contrário, propomos investigar as implicações desta temática à luz destes pensadores.

Doravante, encontramos na metafísica, com suas questões ontológicas, o ponto de tangência entre a linguagem e a moralidade. A estrutura proposicional sujeito, cópula e predicado (“S é P”), desde a antiguidade, condicionou grande parte da filosofia a equívocos, pois se analisarmos e.g. o verbo “ser” perceberemos que este possui três funções distintas (e confusas): “asserção, predicação da existência e coesão da proposição” (AUROUX, 2009). Em decorrência desta polissemia o filósofo metafísico “se deixou enganar pela forma verbal e predicativa da palavra ‘ser’, chegando a pseudoproposições, por exemplo, Eu sou, Deus é” (CARNAP, 2016), em outros termos, utiliza-se a cópula como um predicado do sujeito, tal equívoco incorre em outra violação da “sintaxe lógica chamada de confusão de esferas dos conceitos” (CARNAP, 2016), i.e. emprega-se um predicado de uma esfera à outra.

Por conseguinte, na tentativa de escapar dos impasses criados pelas elucubrações metafísicas da filosofia, os pensadores contemporâneos propuseram aquilo que ficou conhecido como a “virada linguística” do sec. XX. Sumariamente, este movimento empenha-se em reduzir a filosofia à análise das proposições linguísticas, há, de forma preliminar, uma tentativa de romper com o pensamento metafísico investigando os problemas filosóficos a partir da estrutura-lógica (e somente) de seus argumentos. Os problemas filosóficos seriam, na verdade, problemas de linguagem e suas características fundamentais seriam duas: o isomorfismo e o positivismo lógico, i.e. a correspondência entre a linguagem e a realidade (fatos).

É Wittgenstein um dos maiores expoentes deste movimento com sua obra “*Tractatus Logico-Philosophicus*”, contudo, é justamente esse formalismo lógico e reducionismo linguístico que faz o autor, quase duas décadas depois, revisar sua obra e assumir, o que ele considera, suas falhas. É em seu livro “Investigações Filosóficas” que o autor reavalia sua filosofia ao perceber a impossibilidade de explicar a totalidade da linguagem (e por conseguinte, da filosofia) a partir de sua estrutura lógica, destarte seria preciso uma nova perspectiva, que analisasse a linguagem não somente por sua estrutura lógico-gramatical e sua capacidade “pictórica” de significado, mas a partir de seu uso enquanto atividade humana (WITTGENSTEIN, 1996).

A nova filosofia de Wittgenstein, conhecida como pragmática, assenta-se sobre três conceitos básicos: (I) Jogos de linguagem - esta expressão é utilizada para evidenciar a inexistência de um referencial fixo (universal) que seja a essência

da linguagem, ou seja, “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 1996), pois a linguagem é uma “forma de vida”; (II) Semelhanças de Família - é a perspectiva de uma pluralidade de manifestações linguísticas que apresentam significado em sua relação no contexto de uso, os tipos de jogos partilham de uma certa semelhança, mas não apresentam uma essência de jogo, i.e. não há uma definição que satisfaça todos os tipos de jogos, apenas há pontos de tangência e similitudes; (III) Regras - se há diversos tipos de jogos de linguagem devem existir diferentes regras para estes, que, por sua vez, serão definidas dentro da própria “práxis da linguagem”. Em suma, Wittgenstein reconduz o referencial da linguagem para o cotidiano, são os diversos tipos de jogos de linguagem, com suas respectivas regras que dão significado as palavras.

É indubitável, que Wittgenstein propõe uma alternativa, que se mostra, em um primeiro momento, efetiva para responder às questões deixadas pelos filósofos do positivismo lógico. Sua pragmática introduz uma nova forma de enxergar a linguagem e deixa a cargo da filosofia “uma luta contra o feitiço da nossa compreensão pelos meios da nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 1996), i.e. a função da filosofia passa a ser a de desfazer os problemas que surgem de confusões linguísticas e conceituais: “a filosofia simplesmente coloca as coisas, não elucida nada e não conclui nada. - Como tudo fica em aberto, não há nada a elucidar. Pois o que está oculto não nos interessa” (WITTGENSTEIN, 1996). Todavia, esta alternativa parece-nos frágil quando consideramos as implicações de âmbito ético-moral da vida cotidiana. Ademais, por essa perspectiva o nosso objetivo de investigar a relação entre linguagem e moralidade não parece satisfeito. Em vista disto, encontramos nas críticas de Nietzsche uma possível resposta ou, ao menos, uma resposta complementar.

Para Nietzsche (2018), “a linguagem advoga sem cessar em favor do erro”, essa percepção decorre da crença nos dualismos e da forma como eles atuam sobre a linguagem criando entidades suprassensíveis, como “ser”, “substância”, “eu”, etc., estes signos não correspondem ao mundo sensível, mas existem em função do sistema metafísico. A linguagem para Nietzsche falsifica a realidade por uniformiza-la, pois ela prescinde da variabilidade do mundo, há uma necessidade de fixidez para que haja uma referência de significação. A vida em coletivo necessita da relação linguagem-moralidade, logo cria-se uma designação universal, uma abreviação da experiência e acredita-se que a linguagem corresponde aos dados do mundo, i.e. o dizível é verdade e seu contrário é falso, impõe-se, portanto, uma forma de “legislação da linguagem” (NIETZSCHE, 2007), outorga-se à gramática (sintaxe e semântica) a capacidade de determinar, sobretudo, o que é verdade (sujeitos, valores, normas...), desta forma, o autor observa que a relação linguagem-mundo não se dá por uma referenciação verdadeira entre a realidade e o conceito, mas que as palavras assumem critério de verdade ao se relacionarem com outras palavras, dentro da própria legislação da linguagem. A linguagem para Nietzsche é “sempre guiada por valores – por escolhas inconscientes e, portanto, não percebidas – que determinam, principalmente, as estruturas gramaticais por meio das quais o significado é veiculado” (WOTLING, 2009).

2. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa é bibliográfica. Esta revisão teórica tem como abordagem analisar o tema da linguagem e da moralidade recorrendo as obras de Nietzsche e Wittgenstein.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao tentar responder qual seria a relação entre a linguagem e a moralidade a partir das filosofias de Nietzsche e Wittgenstein encontramos em um primeiro momento uma superação da metafísica, ambos os autores enfatizam que nossa atividade humana é desvinculada de quaisquer pressupostos de ordem suprassensível. A atividade humana coletiva decorre de convenções, logo podemos inferir a existência de dois aspectos fundamentais: uma linguagem-comum e a um referencial avaliativo que sirva de parâmetro moral (normativo).

No que se refere a linguagem-comum, a pragmática de Wittgenstein parece aproximar-se da perspectiva nietzschiana. O uso e os jogos de linguagem coincidem com a ideia de uma arbitrariedade linguística que necessita, para o comunicar, considerar as similitudes dos objetos e as práticas análogas como iguais. A palavra honestidade, por exemplo, só é passível de significação a partir do seu uso, pois não há um correspondente metafísico para o signo linguístico.

No que se refere ao referencial avaliativo, percebemos que há uma certa dificuldade em compreender a proposição “João é honesto”, a partir somente de seu uso, pois é preciso que tenhamos uma definição a priori da palavra honestidade que sirva como referencial de significado para o signo linguístico. As regras de um jogo de linguagem são definidas no interior da ação, contudo ao definirmos “João” como “honesto”, precisamos arbitrariamente definir anterior a toda ação o que entendemos por honestidade, assim não havendo uma regra a ser criada no imediato do jogo (subjativa, portanto), mas sim um jogo a ser criado decorrente da regra, ou seja, as possibilidades de jogos de linguagem são reduzidas conforme o referencial ao qual eles se inscrevem. Assumimos por convenção a concretude de um signo abstrato e que há um sentido denotativo, para a palavra “honestidade”, o que de fato não há, pois quando dizemos que “João é honesto” estamos querendo dizer: “João tem uma conduta tal que dentro de um sistema moral recebe o nome de honestidade e que possui valor de virtude”. Em outro exemplo, se trocarmos a palavra “honesto” por “cristão”, teremos uma convenção metafórica, i.e., uma linguagem comum (S é P), concomitante a um referencial avaliativo de conduta que é supraterrano (cristianismo), a linguagem, portanto, não se apresenta de forma subjativa, mas obedece a um critério objetivo de significação, i.e. os dogmas cristãos, que transcendem ao próprio jogo. Em outros termos, há a priori um conjunto de regras morais que definem as regras dos jogos de linguagem. Se trocarmos nossa proposição por “João é uma boa pessoa”, perceberemos, ainda mais claramente, que o predicado não se refere às ações do sujeito, mas sim a outras palavras que por sua vez correspondem ao referencial avaliativo anterior a ação. Este é um ponto de afastamento entre os autores.

Nietzsche, na sua genealogia da moral, evidencia a função do referencial avaliativo, bem como a instância moral da linguagem: um grupo social, dentro de uma convenção metafórica (linguística) ao determinar a noção de sujeito (conceito/signo), afirma a diferença entre um “nós” e um “eles” (S é P), conferindo a si próprio a faculdade de predicar, de determinar e limitar os sujeitos, é a partir da linguagem que se institui uma conduta moral: um grupo que compartilha do mesmo núcleo linguístico ao predicar um sujeito impõe a ele um determinado tipo de conduta: “o forte é livre para ser fraco, e a ave rapina livre para ser ovelha - assim adquirem o direito de imputar à ave de rapina o fato de ser o que se é...”

(Nietzsche, 2009). Desta maneira, a práxis da linguagem fica circunscrita àquilo que outrora foi determinado pela moralidade.

4. CONCLUSÕES

A linguagem, como exposto, estabelece um paradigma ético-ontológico, que determina as relações humanas antes mesmo de sua ação, pois define o que é o Ser e o que é o dever-Ser. Wittgenstein, ao falar dos jogos de linguagem e de suas regras, descrevendo-os como não possuidores de uma característica universal, parece não considerar que o jogo pressupõe uma ação anterior: a disposição (volição) para jogar. Este talvez seja o fundamento comum a todos os jogos de linguagem, não havendo somente semelhanças, mas sim um critério. Contudo, esta disposição necessária aos jogos de linguagem, em outros termos, esta liberdade de “querer jogar” está circunscrita à linguagem-moral: anterior ao jogo de linguagem já estão definidos seus jogadores e estes estão limitados por suas predicções. Por fim, nos parece, de forma preliminar, que a “pragmática da linguagem” exige uma investigação que considere as relações linguísticas de significação para além do seu uso cotidiano, pois suas fundamentações ético-morais são também promotoras de significado. A isso poderemos chamar de “analítica moral da linguagem”

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. **Filosofia da Linguagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola, 200

CARNAP, R. Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem. **Cadernos de Filosofia Alemã** | v. 21; n. 2 | pp.95-115. Tradução de Antonio Ianni Segatto jul.-dez. 2016

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos Ídolos: como filosofar a marteladas**. Trad. Antônio Carlos Braga, São Paulo: Lafonte, 2018.

_____. **Genealogia da Moral: uma Polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Sobre Verdade e Mentira no sentido extramoral**. Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural Ltda. (Coleção os pensadores), 1996.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: editora USP, 2001.,

WOTLING, P. What Language do drives Speak? p. 63-79 In. **International Conference Nietzsche on Instinct and Language (Nietzsche Today)**. Universidade nova de Lisboa. 2009 ed. Joao Constâncio and Maria João Mayer Branco.